

Aloysio ataca Velloso e cobra julgamento rápido do mérito da contribuição de inativo

Dida Sampaio/AE

Ministro reage em nota pública e à noite secretário-geral telefona para pedir desculpas

ISABEL BRAGA
e ROSA COSTA

BRASÍLIA – O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, criticou ontem declaração do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, publicada pelo **Estado**. Velloso dissera que o esforço do governo para aprovar uma emenda constitucional prevendo a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas pode não esgotar a discussão sobre a legalidade da medida, suspensa pelo próprio Supremo no mês passado.

“O ministro Carlos Velloso revelou-se um homem de inovações audaciosas”, afirmou Aloysio, por intermédio de sua Assessoria de Imprensa. “Inventou uma nova atribuição para o Supremo: o controle prévio da constitucionalidade das normas jurídicas, e resolveu fazê-lo pela imprensa”, completou ele.

“Por que o ministro não volta à rotina e marca logo o julgamento do mérito da contribuição dos inativos do serviço público?”, questionou Aloysio. “O governo, o Congresso e a Nação esperam um pronunciamento definitivo do Supremo”, argumentou. “Até quando vamos esperar?”

Velloso reagiu às declarações do ministro, distribuindo duas notas ontem. À tarde, esclareceu que não fez nenhum alerta ao Executivo ou ao Congresso a respeito das contribuições previdenciárias. Na segunda, à noite, negou que estivesse fazendo controle prévio de constitucionalidades.

De acordo com a nota divulgada à tarde, o que Velloso dissera foi que, “em tese, o Congresso pode elaborar as emendas que desejar”. E concluiu: “Só que essas emendas terão de respeitar os direitos e garantias individuais, que constituem cláusula pétrea, vale dizer, constituem matéria que o poder constituinte



Aloysio: “Velloso revelou-se homem de inovações audaciosas”

derivado, instituído ou de emenda, não pode alterar.”

À noite, depois de Velloso divulgar a segunda nota, Aloysio telefonou-lhe para desfazer o mal-entendido. Segundo explicou a Velloso, ele entendera que este estivesse pré-julgando a constitucionalidade da emenda. Pediu desculpas e, segundo sua assessoria, o impasse foi solucionado.

ACM – O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também fez críticas às declarações do presidente do STF. Na avaliação de ACM, um direito ilegalmente adquirido, que seria fruto de vantagens questionáveis, não tem como ser mantido. “Eu tenho uma tese de que um direito ilegalmente adquirido não pode ser válido”, argumentou ele.

O senador citou como exemplos de direitos questionáveis casos que, segundo ele, ocorrem no próprio Senado, onde funcionários públicos com salários de cerca de R\$ 400 recebem valores bem mais elevados, da ordem de R\$ 3.500, graças ao acúmulo de uma sé-

rie de benefícios. Sobre a possibilidade de haver um aumento na faixa de isenção da contribuição previdenciária, fixada em R\$ 600 na proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara, ACM limitou-se a dizer que o governo “já fez um grande esforço ao adotar esse limite”, mas a negociação é uma coisa normal no Congresso.

O alerta do presidente do STF também foi criticado por outros senadores. O líder do PPS na Casa, Paulo Hartung (ES), observou que está havendo “excessos” com relação a opiniões de ministros sobre assuntos que estão sendo ou ainda serão examinados pelo Supremo.

“O que eu aprendi até agora é que os juízes devem falar nos autos”, argumentou.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o assunto seria melhor resolvido se o governo adotasse as linhas gerais da proposta de seu colega de partido, deputado Eduardo Jorge (SP), que também defende a instituição de um sistema previdenciário único no País.

ACM
ENDOSSA
AS
CRÍTICAS

■ Colaborou Mariângela Gallucci